



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: OS RELATOS DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

GABRIELI GOMES DANTAS DOS SANTOS

**Catolé do Rocha
Novembro de 2017**

GABRIELI GOMES DANTAS DOS SANTOS

**INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: OS RELATOS DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador (a): Prof^ª Joana Áurea Cordeiro
Barbosa

**Catolé do Rocha
Novembro de 2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S237i Santos, Gabrieli Gomes Dantas dos.
Inclusão escolar das pessoas com deficiências: os relatos de professores da educação básica. [manuscrito] / Gabrieli Gomes Dantas dos Santos. - 2017
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Joana Áurea Cordeiro Barbosa, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."

1. Educação Inclusiva. 2. Professores. 3. Alunos com deficiência.

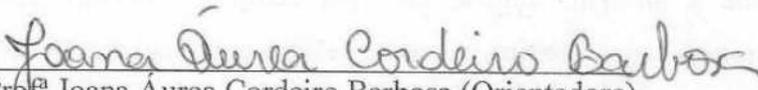
21. ed. CDD 371.9

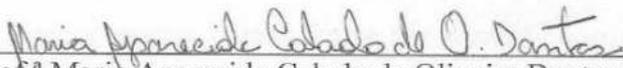
GABRIELI GOMES DANTAS DOS SANTOS

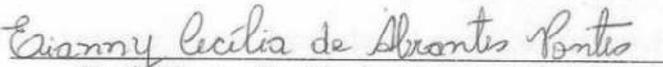
**INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: OS RELATOS DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Aprovada em: 23/11/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Joana Áurea Cordeiro Barbosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Elianny Cecília de Abrantes Pontes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Dedico a feitura deste trabalho, primeiramente a Deus, que sempre me ajudou nas horas em que o desânimo se fazia presente em meu coração. Agradeço a ti, meu Senhor, por todas as vezes que *cair* e me levantou fazendo acreditar que no final tudo acabaria dando certo.

Dedico também a todos os meus familiares, aqueles que foram peças-chaves para que eu nunca desistisse. De forma especial, agradeço a minha mãe Edilete, meu pai Marcos Davi pelo apoio de sempre. Obrigada pela paciência e dedicação que tiveram comigo durante todos os dias de meu percurso acadêmico.

Agradeço ao meu esposo Valdécio Felipe por estar sempre ao meu lado me dando motivos para eu seguir e me encorajando a nunca desistir. O seu apoio foi essencial para que todos os dias minhas forças fossem renovadas.

À minha filha Vivian Gabriella, que me acompanhou durante cada letra escrita. A você, filha, que do meu ventre já se tornou fonte de toda a minha inspiração, dedicação e por quem vivo.

Não posso deixar também de agradecer a minha querida orientadora Joana Áurea, por quem tenho um enorme apresso. Obrigada por estar sempre disposta a auxiliar-me na construção deste trabalho. O seu incentivo me fez enxergar que sou capaz de coisas que nem eu mesmo sabia que poderia ser.

Agradeço a Erlany, Ana Paula e Beatriz por ter me possibilitado tê-las como amigas inseparáveis em todos os momentos, fossem eles momentos de risadas, gargalhadas ou até mesmo naqueles em que a preocupação, o desânimo e por vezes o choro se faziam presente.

Por fim, agradeço a todas as dificuldades que trilharam meu caminho, pois foram através delas que consegui vencer cada obstáculo que surgia: por vezes um trabalho que considerava como muito difícil (os trabalhos da professora Andrea me deixavam com os nervos a flor da pele), mas sempre acabava dando certo, os imprevistos que ocorriam no percurso de casa até a faculdade, a falta de recurso financeiro...

Enfim, obrigado a tudo e a todos!

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1 INTRODUÇÃO	6
2. O PROCESSO DE INCLUSÃO: DEFINIÇÃO E NORMAS.....	9
2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	12
2.2 PRÁTICA DOCENTE: DILEMAS E DESAFIOS	15
3 METODOLOGIA.....	17
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6 REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE	32

INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: OS RELATOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

O presente artigo trata de uma análise sobre os relatos de professores da educação básica que atuam em escolas públicas. A partir deles, podemos verificar que os docentes perpassam por diversos empecilhos para desenvolver a aprendizagem dos alunos com deficiência. Consideramos como alguns desses empecilhos a deficiência da formação pedagógica do professor; a falta de estrutura física e pedagógica da escola para que possa melhor atender as pessoas com deficiência, como também o preconceito dos alunos *normais* com os alunos deficientes. O desenvolvimento desse estudo derivou-se de uma pesquisa qualitativo-descritiva por meio de entrevista com três professores da educação básica. Utilizamos como instrumentação para recolher os dados as entrevistas semiestruturadas com professores em relação à educação inclusiva. Os relatos descritos nas entrevistas nos possibilitaram compreender a prática docente, os sentimentos e as expectativas dos professores com vista a nossa perspectiva de inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Professores. Alunos com deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O ensino escolar para pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil enseja um novo sistema educacional com seus níveis e modalidades próprias. A chamada educação inclusiva, modalidade inovadora de ensino, vem proporcionar a esta parcela de alunos possibilidades de uma efetiva inserção na sociedade, visto que desde muito tempo já se discutia a tão almejada educação para todos, sem exceções. A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205 já propunha em forma de lei que esse direito fosse resguardado a todos os cidadãos brasileiros: *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

O direito à educação abrange todos os cidadãos, porém, sabemos que na prática isso não acontece com as pessoas com deficiência. Essa parcela da sociedade torna-se claramente excluída nos limites da própria escola e além dela. Tal fato é confirmado com base em Ferreira (1993, p. 67): *a Educação Especial, tal como o deficiente, é segregada, isolada, em vários aspectos. Seus alunos, seus profissionais, suas instalações e às vezes suas próprias reflexões vivem um espaço comum, mas separado.*

Tal exclusão pode ter bases sólidas em vários fatores. Deste modo, cabe neste trabalho destacar como sendo um dos fatores cruciais para o fracasso da educação inclusiva as dificuldades que o professor “dribla” para lidar com esses alunos. Sobre isso, Marchesi (2004, p. 44) aponta, dentre outros empecilhos, que as dificuldades enfrentadas pelos educadores que trabalham com a educação inclusiva podem está ligadas a *sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais*.

Todavia, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como meta universalizar a chamada educação inclusiva até 2024. E para que isso ocorra é perceptível à necessidade de oferecer formação acadêmica e continuada eficazes para todos os docentes, pois como ressalta Costa (2010, p.531), o preparo do professor *deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, levando em consideração as inúmeras formas educacionais*.

Então, está experiência mostra a necessidade de uma boa formação docente que abranja e abarque o universo de sua sala de aula, pois a partir desta se sentirão mais confiantes e preparados para trabalhar com alunos deficientes. E ainda ressaltam que as dificuldades poderiam ser amenizadas se houvesse um melhor preparo do professor em relação aos alunos com deficiência.

Um dos fatores que gerou o interesse por este tema surgiu da experiência como professora com uma turma de 6ª ano no momento em que observamos claramente que ao participarem de uma dinâmica recreativa os alunos tacharam uma colega como incapaz de fazer “determinadas coisas” (como, por exemplo, segurar um objeto pesado usando as duas mãos) pelo simples fato de não apresentar os movimentos totais da mão esquerda. Essa situação gerou em mim um desconforto tamanho, pois naquele instante entendi que estava na obrigação de resolver aquela questão de forma que não gerasse constrangimentos para o aluno. Havia a necessidade de impulsionar os estudantes a perceberem que aquela colega de sala não era incapaz, mas que todos os indivíduos são diferentes em sua natureza. Sendo assim cada um possui suas próprias particularidades e capacidades, e como afirma Eco (2001, p. 12): *os seres humanos são muito diferentes entre si e essas diferenças podem ser uma fonte de enriquecimento para todos*.

Outro fator primordial para a escolha deste tema advém de uma inquietude pessoal. Por convivermos em família com uma criança com Síndrome de Down e enfrentarmos diariamente o preconceito das pessoas. Assim, busco entender de que maneira essa criança

será recebida na escola em uma turma na qual não *haverá* nenhum *coleguinha igual a ele* e ainda observar de que forma o professor trabalhará em prol da inclusão desta criança em sala de aula.

E mesmo compreendendo, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 17), [...] *que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras* é comum ouvirmos nas colocações dos professores sobre as dificuldades em favorecer esta inclusão. Citam então, em sua maioria, que a escola não apresenta as condições estruturais necessárias para a inclusão dessas crianças: as salas não são adaptadas às deficiências de seu alunado, há a falta de uma formação continuada que vise o aprofundamento do professor em relação à realidade de sua turma, além disso, o currículo da unidade educacional não oferece a devida importância ao desenvolvimento da educação inclusiva (COSTA, 2011).

Em vista disso, os pais assumem papel relevante no desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. Daí é essencial que procurem entender e observar o ambiente em que os filhos estão inseridos, pois como mostra a Declaração de Salamanca (1994, p. 17) *os pais têm o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos*.

Diante destas inquietações, pretendemos estudar relatos de professores envolvidos com a educação inclusiva a fim de compreender, segundo suas vivências, o desenrolar ou desenvolvimento do trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, analisando assim as perspectivas e dificuldades dos professores para promover a compreensão de uma educação inclusiva que possibilite a inserção dessas pessoas na escola e no meio social. Daí surgem as seguintes perguntas que nortearam nosso trabalho: O que pensam os professores sobre a educação inclusiva? Quais as dificuldades pessoais e profissionais que eles enfrentam no processo de educação inclusiva? Quais são suas experiências profissionais neste processo? Como o trabalho do docente pode possibilitar a inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais?

A fim de encontrar uma resposta para as indagações acima expostas torna-se relevante analisar o processo escolar de educação inclusiva que deve possibilitar a inserção de pessoas com deficiência no meio social. Para tal é essencial verificar as leis que definem o direito à educação em classes regulares para pessoas deficientes; entender a importância da formação continuada para a eficiência da educação inclusiva; como também analisar as experiências dos professores em relação às práticas de educação inclusiva.

Assim sendo, o seguinte trabalho foi dividido em dois momentos: no primeiro encontraremos algumas concepções sobre Educação Inclusiva sugerida pela legislação e por os embasamentos teóricos de Mantoam e Marchesi. Ainda no primeiro momento, observaremos algumas reflexões no que diz respeito à relevância de uma formação continuada, como também a importância do trabalho do professor da sala normal para promover a aprendizagem dos alunos deficientes. No segundo momento, analisaremos, através de entrevistas, os relatos dos professores de língua portuguesa que trabalham com alunos deficientes.

2. O PROCESSO DE INCLUSÃO: DEFINIÇÃO E NORMAS

Nos dias atuais o termo *Inclusão* cada vez mais é tema frequente de debates entre estudiosos, visto que a educação é tida como direito de todos desde a Constituição Federal de 1988. Estes estudiosos buscam entender melhor as deficiências para que possam colocar em prática um conjunto de condições que favoreçam a inclusão efetiva dessas pessoas em sociedade. E para que essa inclusão aconteça é essencial que principalmente a escola adote as medidas necessárias na estrutura física, metodológica e pedagógica da unidade educacional. Assim sendo, Mantoam (2003, p. 43) destaca:

[...] ensinar, na perspectiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também, muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçaram esse novo projeto educacional.

Entende-se por educação inclusiva o ensino que inclui todos os alunos em sala de aula, cada qual com suas particularidades, necessidades e capacidades próprias, porém conseguem estar conectados através da ação direta entre aluno-aluno, aluno-professor. Quando não há segregação, conseqüentemente, ocorrem trocas de conhecimentos entre ambos. Por meio desta troca o indivíduo, seja ele com ou sem deficiência, ganha conhecimentos inerentes a si mesmo e a sociedade que o rodeia (MONTEIRO e CASTRO, 1997). Mantoam (2003, p.38) também situa:

ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

E ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998) o conceito de educação inclusiva sugere uma nova postura da escola em relação ao ensino que será ofertado, viabilizando assim, mudanças no currículo da unidade escolar. Essas mudanças irão culminar em uma gestão democrática a ser colocada em prática pelos representantes da escola. A respeito disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) no seu artigo 14 ressalta:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

As mudanças sugeridas no currículo deverão ser efetivadas no âmbito escolar como um todo, sejam elas na estrutura física, nas avaliações em sala, na postura do professor e da comunidade em geral, pois *Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica* (MEC-SEESP, 1998).

No entanto, é perceptível que na prática não é assim que as coisas de fato acontecem. Sabemos que foi apenas na década de 70 que as crianças com deficiências educacionais especiais tiveram garantido o acesso à escola pública. Deste então a *ênfase não era mais a deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim a falha do meio em proporcionar condições adequadas que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento* (GLAT, 1995; KADLEC e GLAT, 1984 *apud* GLAT e FERNANDES SD).

Todavia, esse avanço por mais representativo que se mostrasse não passou de apenas um ensino segregado, pois mesmo que estivessem todos em uma mesma sala de aula torna-se visível a separação dos alunos deficientes daqueles ditos normais. A escola pública, deste modo, estava muito longe de oferecer possibilidade de um ensino de qualidade para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Apesar de tentativas fracassadas de implantação desse ensino, a Educação Inclusiva, reforçamos, não deixa de ser tema de debates e seminários. Há por todo o mundo iniciativas que visam inserir de fato essa modalidade em nossas escolas. Uma dessas iniciativas está exposta no que fora discutido na Declaração de Salamanca (1994, p. 10):

Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

Segundo dados do Ministério de Educação (MEC), observamos que o Brasil também discute, em seminários, propostas de ensino que objetivam firmar a educação Inclusiva por todos os estados brasileiros. Em 2006, o país tinha como meta levar a educação inclusiva a 535 municípios. Já no ano de 2012, a meta era implantar até 2014 salas de recursos multifuncionais com materiais pedagógicos em todas as escolas do Brasil. Neste mesmo ano ocorreu em Natal – Rio Grande do Norte, debates sobre o tema. Durante esse encontro os participantes tinham a possibilidade de compartilhar suas experiências em relação às políticas de inclusão que já haviam sido instauradas.

Outro incentivo para o desenvolvimento eficaz da educação inclusiva é admissão no nível superior de componentes curriculares relacionados à inclusão. Essa implantação contribui para a crescente entrada de alunos deficientes em classes normais (MENDES e MATOS, 2014, p.36):

Com a implementação das políticas públicas em inclusão escolar, cresce o número de alunos do público alvo da Educação Especial nas classes comuns, fato que ajuda a compor um cenário nas escolas que tem desvelado as limitações e contradições do sistema educacional brasileiro. Assim, atores e autores educacionais são desafiados a construir saberes capazes de responder às demandas do cotidiano escolar relacionadas à convivência e aprendizagem na diversidade.

Já no ano de 2008, a Política de Educação Especial toma novos rumos. A partir daquele momento esta educação é compreendida também como uma modalidade de inclusão que auxilia as escolas por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), localizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF). Assim sendo, observamos no Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva (SEB, 2012, p. 34) que

A partir de 2008, com a Política de Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva, a educação especial, a luz de uma nova perspectiva, é entendida como uma modalidade transversal de educação, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades, e atua complementando o ensino regular, por meio de atendimento educacional especializado – AEE.

Por meio do exposto, torna-se evidente que várias tentativas são tomadas a fim de estabelecer uma educação eficiente e de qualidade para as pessoas com deficiência, mas é possível observar que existem ainda desafios a serem trilhados. E como afirmam Glat et al (2003 apud PLETSCH, 2005 p. 35):

Os atuais desafios da Educação Inclusiva brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino.

Os desafios que o movimento de Inclusão na escola apresenta são inúmeros, no entanto, é relevante continuar acreditando que todo o esforço em prol deste ensino é sempre recompensador para todos os envolvidos na causa, sejam eles gestores, professores, alunos e pais, pois acabam simultaneamente aprendendo a conviver com as diversidades em um mundo onde as diferenças devem ser fonte de aprendizagem e coletividade e não de exclusão e individualidade.

2.1 Formação de Professores

Diante do cenário atual de educação é dado um enfoque significativo à prática de uma educação inclusiva que de fato venha atender as peculiaridades de todos os envolvidos na escola. Pode-se entender, então, que as funções outrora exercidas pelos educadores daí em diante se tornarão mais desafiadoras. É desafiador, pois é necessário o engajamento responsável do professor para que assuma seu papel de forma que venha contribuir verdadeiramente para a aprendizagem de seus educandos, já que sua sala de aula se torna um espaço heterogêneo onde cada qual aprende a seu modo. Assim sendo, Zoia (2006, p. 23) expõe que a relação entre professor e aluno

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.

É preciso criar situações em que as diferenças possam existir. E que essas diferenças sejam respeitadas para que se possa haver uma convivência harmônica entre todos os indivíduos. Deste modo, as metodologias praticadas pelos docentes também devem levar em consideração tal fato. Pois, como O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SEB, 2015, p. 57) assinala:

Quando o professor não reconhece as diferenças em sala de aula e suas ações partem de uma prática homogeneizadora, ele opera na produção das desigualdades, pois exclui os alunos que se encontram fora dos padrões considerados “toleráveis”, homogêneos e idealizados. Tais práticas subjacentes às ações dos professores negam os direitos de aprendizagem dos seus alunos, pois cada um deles é diferente.

Por estas razões, estes profissionais, em todos os níveis de ensino (principalmente na educação básica), devem esforça-se para entender e saber lidar com sua sala de aula. Além disso, o docente atuante consegue explorar e instigar os conhecimentos de seus alunos percebendo, assim, quais as dificuldades e possibilidades dos seus educandos. Desta maneira, o professor tem em mãos a tarefa de trabalhar com a diversidade. Sobre este tema, podemos observar na Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE (2001, p. 25-26) que

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

A nova perspectiva de inclusão propõe que os professores da educação básica adquiram em sua formação os conhecimentos que são imprescindíveis para a educação dos alunos deficientes. E ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, no artigo 62, ressalta:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A formação em nível superior é de extrema relevância, uma vez que tem como base principal situar os docentes sobre o universo da escola, mostrando os vários significados das *diversidades* que se fará presente nela. Porém, a formação não pode se resumir apenas a este ciclo inicial (nível superior) por melhor que tenha sido aproveitado.

Formar cidadãos conscientes com a existência da diversidade exige do profissional da ação educativa um preparo maior em relação a sua formação. Buscar aperfeiçoar-se em suas práticas metodológicas. Através de uma formação continuada pode contribuir de forma satisfatória no convívio do professor com seus educandos, como também o possibilitará a compreender melhor o espaço onde está inserido. Ao entender seu contexto escolar, conseqüentemente, saberá adequar sua metodologia ao contexto de seus alunos. Em vista da formação, Ramalho e Núñez (2011, p. 73) relatam:

[...] é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores. [...] é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modifica [...] elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

É preciso educar, no entanto, faz-se necessário sempre está atento aos espaços socioculturais em que os alunos estão inseridos. Ensinar a partir de uma dada realidade pode levá-los a refletir com profundidade naquilo em que está sendo proposto em sala, já que o que se almeja, através de todas essas estratégias pedagógicas, é prepará-los para a vida em sociedade. Por isso, a formação não deve se pautar *com bases na disfunção da deficiência, mas sim nas discussões sobre a diferença, sobre o OUTRO, sobre as diferentes formas de se tornar humano e aprender no mundo.* (SILVA e RODRIGUES, 2011, p. 64). Assim sendo, ainda sobre a formação, Correia (2008, p. 28) situa:

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Através do exposto, é possível compreender que o envolvimento com as práticas educacionais inclusivas não diz respeito somente ao professor, mas sim a todos os constituintes da escola. Ela tem papel fundamental na construção da aprendizagem de alunos

com deficiência. Portanto, cabe à mesma criar um ambiente no qual se tenha a capacidade de proporcionar tais aprendizados ao alunado. Mantoan (2003, p. 44) ainda aponta:

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é um dos postos-chave do aprimoramento em serviço. Esse exercício é feito sobre as experiências concretas, os problemas reais, as situações do dia a dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula – esta é a matéria prima das mudanças pretendidas pela formação.

Havendo dentro da própria escola momentos em que os professores possam compartilhar suas experiências e anseios adquiridos em sala de aula ocasionarão simultaneamente trocas de conhecimentos, no qual a vivência de um ajudará em alguma situação com outro professor. Desta forma, percebe-se que toda a comunidade escolar exerce funções importantes para que o trabalho inclusivo seja efetuado com sucesso.

2.2 Prática docente: Dilemas e Desafios

Sabemos o quão relevante é o envolvimento conjunto de todos os constituintes da escola para que se tenha a capacidade de propiciar uma educação qualitativa para educandos com deficiência. Em relação ao professor, compreendemos a importância de uma boa formação inicial e continuada.

As experiências do docente também contam muito quando pensamos em uma sala heterogênea, pois é por meio desta que o professor da sala regular terá mais oportunidade de chegar ao seu aluno o entendendo e fazendo com que através disso ele consiga desenvolver a aprendizagem. Buscar atividades que sejam pertinentes aos seus alunos é uma das formas mais eficazes de levá-los a apreender os conhecimentos que são ensinados dentro da sala de aula. *Os professores não precisam de receitas prontas. A Escola Inclusiva ajuda o professor a desenvolver habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno* (ALMEIDA, 2017). No entanto, percebe-se que mesmo com todo o esforço continua sendo difícil lidar com a realidade de uma turma composta, como por exemplo, alunos com deficiência auditiva ou com algum tipo de síndrome, etc.

Trabalhar com alunos deficientes é uma tarefa que implica no professor a busca de atualizações e adaptações de suas práticas metodológicas, uma vez que este precisará está

preparado para lidar com as situações adversas, como a falta de estrutura física da escola, o preconceito dos alunos normais sobre os que são deficientes, as dificuldades para desenvolver atividades que favoreça a aprendizagem dos alunos, inclusive nos alunos deficientes, entre outras. *Em geral as escolas não possuem um ambiente favorável à inclusão, os profissionais reclamam das salas superlotadas, materiais didáticos escassos, móveis inadequados, pouco espaço para recreação e ausência de recursos tecnológicos* (SILVA, 2011, p. 20).

Diante de tantos empecilhos percebemos que para o professor é um desafio ensinar na perspectiva de inclusão. Mas se a escola contribuir com essa proposta de educação muitos desses entraves poderiam ser amenizados. Vejamos o que Silva (2011, p.20) diz a cerca disto:

A educação inclusiva envolve planejamento e investimentos de recursos, portanto, exige comprometimento dos órgãos governamentais como preparação prévia do ambiente escolar, com investimentos na infraestrutura e na área pedagógica para receber esses alunos. Que as escolas tenham espaços físicos adequados e suficientes como sala de aula, sala de recurso, sala para coordenação, sala para reforço, espaço para recreação, parquinho, além de acessibilidade com rampas e banheiros. Na área pedagógica, as escolas deverão possuir material didático adequado, recursos tecnológicos e profissionais bem qualificados com oferta de cursos de capacitação continuada para todos.

Entendemos, portanto, que o engajamento dos profissionais da educação inclusiva é de extrema necessidade para que o desenvolvimento do aluno com deficiência se mostre satisfatório. Do mesmo modo que é essencial o envolvimento do constituinte da comunidade escolar também é imprescindível à participação da família nesse processo de ensino e aprendizagem. É importante que os pais busquem orientar-se sobre a deficiência de seu filho, pois ao agir dessa forma terá a capacidade de compreendê-los melhor. *Além disso, é fundamental a participação das famílias, recebendo orientações e trocando experiências, bem como o diálogo com os demais serviços públicos de saúde, assistência, entre outros* (BRASIL - SEB, 2012, p. 36).

Cabe aos pais está sempre buscando meios que possibilitem melhores condições de vida aos seus filhos. A troca de experiências com outros pais de filhos deficientes e o auxílio dos órgãos públicos contribuirá para o processo de desenvolvimento da aprendizagem no ambiente escolar impulsionando a inserção dessa criança em sociedade. Portanto, de acordo com Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo III, artigo 20, em seu parágrafo único, reforça que *é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais*.

Por conseguinte, compreendemos a relevância da colaboração dos pais com os professores. O trabalho colaborativo entre professores, pais, órgãos públicos, etc. constituirão uma base sólida para eficiência da educação dos alunos com deficiência. E é por meio dessas ações que se propiciará um ambiente adequado para a efetiva inserção dessas pessoas na sociedade.

3 METODOLOGIA

Por meio de entrevista, foram pesquisados três professores da educação básica das Escolas Maria de Lourdes Elias Dantas, localizada na zona rural, e André Pedro da Silva, localizada na zona urbana. Ambas são escolas públicas do município de São Bento – PB.

Segundo Amado (2009, p.31), *sendo a entrevista, nas suas mais diversas modalidades, a técnica de recolha de dados utilizada, por excelência, no quadro das mais diversas estratégias (complementando a observação participante e a análise de documentos)* através destas analisaremos relatos de professores que trabalham com a Educação Inclusiva.

Guerra (2006) explica que esse tipo de entrevista requer a construção de um guião para manter a lógica e os objetivos da investigação, sendo a questão mais importante clarificar os objetivos e as dimensões de análise da entrevista, devendo ser construído em função dos objetivos e da problematização.

Para o estudo dos relatos dos professores tomaremos como base uma abordagem qualitativo-descritiva. *A investigação qualitativa compromete-se numa tendência sujeita a olhares críticos e avaliadores, prontos a negar-lhe a sua credibilidade a qualquer deslize, dado o peso que a tradição e a cultura actual conferem ao paradigma hipotético-dedutivo* (AMADO, 2009, p.33). Já a descritiva permite estudar um dado fenómeno ou população a fim de os interpretar, mas *não busca interferir e nem modificar a realidade estudada* (RUDIO, 2003, p. 110).

Então, como trata-se de um estudo qualitativo-descritivo, consideramos que a análise de conteúdo é a que melhor nos possibilitará analisar os relatos dos professores a fim de entender o processo escolar de educação inclusiva que deve possibilitar a inserção de pessoas com deficiência no meio social. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados que de acordo com Guerra (2006) permite obter indicadores para compreender com mais profundidade e amplitude os significados das respostas, podendo ser consideradas categorias

de análise a priori (antes da coleta de dados) ou a posteriori (após a coleta de dados), de forma mais indutiva.

Assim sendo, as entrevistas foram realizadas individualmente, com hora e dia marcado pelos sujeitos. Mas, com o intuito de gerar respostas espontâneas do professor em relação ao tema deste trabalho contamos com o auxílio de um gravador.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As análises que serão expostas nesse capítulo derivam-se das entrevistas realizadas com docentes de língua portuguesa de escola pública do município de São Bento-PB. Para realização das mesmas, foram determinadas as seguintes categorias: Caracterização de Educação Inclusiva; Prática Docente; Possibilidades da Escola; Sentimento e expectativas dos Professores em Relação à Educação Inclusiva. E levando em consideração tais categorias, as análises apresentam as histórias de vida desses docentes em relação à educação inclusiva.

4.1. Caracterização de Educação Inclusiva

Diante do questionamento sobre a concepção dos docentes em relação à educação inclusiva, as entrevistas indicaram que o discurso de cada um deles evidenciam marcas comuns no sentido de que todos entendem essa modalidade de ensino como aquele que *inclui* todos os alunos em sala de aula, cada um deles com suas limitações, porém *tratados* de forma *igual*.

Observamos que os docentes compreendem a singularidade de seus alunos. Em contrapartida, deixa claro que é preciso enxergá-los de forma igualitária para que sua sala de aula não se transforme em um ambiente de exclusão e favoreça o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes deficientes. Percebemos na descrição de inclusão sugerida, a importância do papel do professor no processo. Assim, o professor é reconhecido como aquele que deve gerar as condições favoráveis para que ocorra a plena inclusão desse aluno em sala de aula.

As falas dos professores revelam o posicionamento acerca do tema:

Sabemos que existem várias deficiências, no entanto é preciso trabalhar com esses alunos como se todos fossem iguais. Até porque são todos iguais. Todo mundo é igual, porém existem algumas pessoas que demonstram problemas de aprendizagem (Prof.1).

A gente se sente no papel de ajudar alguém que precisa, por que normalmente as pessoas deficientes que vão para a escola esperam ser incluídas e nós professores temos que fazer esse papel de incluí-las na sala de aula. No entanto, não é só se voltar para aquele aluno deficiente, mas colocá-la em atividade com os outros colegas (Prof.2).

Inclusão pela descrição do nome é aquilo que inclui alguém que é portadora de uma determinada necessidade especial que esteja inserida com as outras pessoas que não possuem essas mesmas necessidades, mas que todo mecanismo seja voltado para que ela se sinta incluída da mesma forma que as outras pessoas que não possuem as mesmas necessidades que ela, isto é, se uma pessoa não possui um braço ou uma perna, mas se aquele ambiente favorecer ao estudo dela aos poucos ela vai se sentir como as outras pessoas. Não que ela não seja igual, mas é uma pessoa que apresenta debilidades (Prof. 3).

A partir do que foi posto, podemos verificar que há a preocupação por parte do professor sobre mecanismos que gere a inclusão do aluno com deficiência. No entanto, observamos elementos que chamam a atenção. Em certo momento, as pessoas deficientes são tratadas como sendo *portadora* de deficiência, terminologia que aos poucos está ficando em desuso.

Nos dias atuais, tratar alguém como portador de deficiência é contribuir para que a deficiência daquele indivíduo venha se tornar maior que a própria pessoa como ser social, até porque a deficiência não é algo que podemos deixar em casa quando quisermos, não é temporária. É algo que faz parte, permanentemente, da vida daquele aluno e não algo transitório, que irá passar em algum momento de sua vida. A respeito disto o Sistema Integrado de Vagas e Currículos para Pessoas com Deficiência expõe:

Na maioria das vezes, desconhece-se que o uso de determinada terminologia pode reforçar a segregação e a exclusão. Cabe esclarecer que o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que é possível se desvencilhar tão logo se queira ou chegue-se a um destino. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um talão de cheques, portar um documento ou ser portador de uma doença. A deficiência, na maioria das vezes, é algo permanente, não cabendo o termo "portadores". Além disso, quando se rotula alguém como "portador de deficiência", nota-se que a deficiência passa a ser "a marca" principal da pessoa, em detrimento de sua condição humana (SILVA – SICV, 2017).

Assim, a educação inclusiva descrita pelos docentes evidencia um novo modo de enxergar os indivíduos com necessidades educacionais especiais, pois o movimento de inclusão na escola, se efetivado no sentido literal da palavra, certamente culminaria na inserção do deficiente na vida escolar como também na sociedade. E o que se almeja,

portanto, é incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente educativo respeitando as potencialidades e dificuldades de cada um, visto que todos apresentam seus próprios níveis de aprendizagem, sejam estes deficientes ou alunos considerados *normais*. É o que expõe Marchesi (2004, p. 38):

Os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção a diferença individual educativa faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada as suas possibilidades.

Percebemos, então, que cada um dos docentes evidencia uma compreensão mais geral do processo, sem um aprofundamento detalhado dos elementos que a compõem. Talvez um dos fatores que contribui para essas percepções sejam suas próprias experiências enquanto professores com pouco aprofundamento sobre o assunto. Já que sentem a falta de uma formação mais consistente tomam a sua prática metodológica aliada a vivência diária com os alunos o ponto de partida que os auxiliam no trabalho com os alunos deficientes.

4.2. Prática Docente

As marcas das experiências no que diz respeito à educação de pessoas deficientes é muito presente no universo dos professores entrevistados. E, embora relatem, inicialmente, que tiveram pouco contato com alunos com necessidades educacionais especiais, aos poucos as experiências foram aflorando no interior de cada um deles. Percebemos que o tom de voz revela a profundidade das vivências com os alunos.

Todos os empecilhos vivenciados pelos professores ao trabalhar com alunos deficientes, os impulsionam a aprender a lidar com as situações que se apresentarão no dia a dia. Sendo assim, são essas vivências que geraram no professor uma bagagem de experiências construtivas que serão levadas não só para sala de aula em forma de aprendizagem, mas para a vida do professor como ser social. Podemos identificar tal fato nos relatos a seguir:

Já tive algumas experiências com educandos com deficiência. E para falar a verdade aprendi muito com elas. Mas no ano passado foi a que mais me marcou, particularmente. Havia na minha turma um aluno que tinha feito uma cirurgia na cabeça e esta, por sua vez, deixou sequelas físicas e cognitivas. Perdeu, parcialmente, os movimentos do lado esquerdo do corpo e também, muitas vezes, evidenciava problemas na aprendizagem [...]. Como

já era um rapazinho, eu tentava explicar os conteúdos para ele da mesma forma que para os outros tentando sempre incluí-lo. Mas era inevitável, em certos momentos, evitar alguém dizer: *ah é aleijado!* [...] Sempre quando ele saía da sala eu conversava com os colegas dele: *olha* eu estou vendo isso e isso... eu quero que vocês mudem. Isso porque senão houvesse uma interferência minha talvez aquilo pudesse vim a se transformar em ofensas maiores. Ao conversar com os alunos eu percebia que aquilo ajudava muito na convivência escolar de todos da turma, pois a partir daí aqueles alunos aos poucos iam se tornando meus aliados para amenizar aquele assunto e não batia mais de frente dificultando a convivência de todos (Prof.1).

Durante minha vida escolar não tive muito contato com pessoas deficientes. No entanto, existem alunos que sabemos que se procurar um psicólogo eles vão descobrir problemas cognitivos. Como de um aluno (ele não é mais meu aluno), mas percebia que apresentava muitos problemas. É um aluno muito problemático, porém, muito inteligente. Era um aluno realmente muito trabalhoso. Eu creio que ele era inquieto. Não era de sentar na cadeira. Ele *mexia* com todos os colegas. Mas eu tinha que procurar uma forma de acalmá-lo para que pudesse dar a aula [...]. Sem falar que ele é cuidado pelos avós devido à falta de instrução da mãe. E eles não querem enxergar ou não percebem o problema do filho. E se eles ajudassem talvez melhorasse um pouco (Prof.2).

Lembro-me de uma aluna que não tinha o braço direito. Então, as minhas aulas nessa condição não tinham uma diferença porque o problema dela não era no psicológico, era apenas uma limitação física que não impedia dela fazer as atividades normais com os demais alunos, pois ela usava o outro braço naturalmente [...]. Trabalhei numa escola e eu tinha um aluno com síndrome de down. O tratamento com ele em relação à vida social, a sociedade era um tratamento comum porque é um ser humano com outro qualquer. Agora o tratamento escolar é que era diferente: as atividades eram voltadas mais para aquela ludicidade que eles exigem devido o seu modo de ver as coisas (Prof.3).

Ao analisar as falas dos docentes torna-se perceptível que a experiência diária é o elemento chave de formação e o fez aprender a desenvolver meios que favorecessem sua inclusão na turma. Talvez essas habilidades sejam advindas de outras experiências que não foram descritas com poucos elementos que evidenciem uma formação continuada ou inicial fortalecida sobre uma proposta de inclusão. Verifica-se, desta maneira, que o trabalho desenvolvido pelos docentes é permeado pelas experiências vivenciadas na prática e não em relatos de sua formação profissional, que possa acrescer elementos teóricos a sua experiência. E foi esse conhecimento que os fez compreender quando se deve e quando não se deve adaptar as atividades desenvolvidas em sala.

Além da formação do professor, os fatores que nos chamam a atenção estão associados ao preconceito da turma, a dificuldade em trabalhar com um diagnóstico e a clareza quanto a atividade a ser empregada. Almeida (2017) explica a questão:

Receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão, há necessidade do preparo do docente para conhecer o tipo de deficiência e a história de vida do aluno, sua relação com seus familiares e vice-versa; [...] O professor, geralmente, sente-se ansioso e temeroso diante de nova situação para a qual não se encontra preparado. Inicialmente, alguns professores pensam ser necessário se especializarem para poderem melhor atender o aluno com deficiência. Sem dúvida a capacitação, a pesquisa e o aprimoramento são imprescindíveis a prática pedagógica de um profissional da educação. Contudo, a convivência, a experiência e ajuda de profissionais especializados e da família, o professor verifica que o processo de inclusão não é tão difícil como parecia, é um desafio porque implica em mudanças nas práticas pedagógicas muitas vezes cristalizadas.

É possível entender que o contato com os alunos deficientes, não é frequente, de modo geral apontam: o "[...] *contato com alunos deficientes pouquíssimas vezes*". Alunos apresentavam problemas até então desconhecidos ou até mesmo ignorados pela família e mesmo pelo professor, que parece não conseguir definir a deficiência do aluno. Na visão do professor, os problemas demonstrados pelos estudantes, poderiam ser amenizados se houvesse o envolvimento da família. Trabalham com as crianças sem possuírem um diagnóstico sobre a problemática.

Neste sentido, as opiniões dos professores mostram que eles estão tentando intervir positivamente fazendo com que os alunos deficientes aprendam. E mesmo que assinale a deficiência de sua formação, buscam formas de amenizar o preconceito que os alunos deficientes enfrentam na escola, pois como vemos na colocação de Almeida (2017) *O preconceito faz parte da natureza humana, desde o início da humanidade. O homem desconfia e tem medo de tudo o que é diferente dele mesmo, do "outro"*. Então, cabe ao professor buscar formas de esclarecer tais questões aos alunos. É o educador que terá o papel de intermediar as relações entre todos os discentes.

Deste modo, ensinar, nessa perspectiva, exige do docente mais tempo e paciência, uma vez que, é preciso sempre está se adaptando à realidade de sua turma. As metodologias utilizadas em sala são direcionadas para um público heterogêneo. Podemos identificar tal questão nas palavras dos professores, ao relatarem quais as estratégias utilizadas a fim de efetivar uma boa aprendizagem dos alunos deficientes.

A falta de capacitação para os professores que trabalham com alunos deficientes seria um dos fatores que mais dificultam nosso desempenho em sala. A capacitação é de extrema necessidade, já que é ela que nos daria o suporte adequado para saber lidar com uma turma heterogênea. A metodologia influi muito no trabalho com alunos deficientes, pois é preciso elaborar um plano de aula voltado também para aquele aluno. Não podemos

esquecer ele, isto porque mesmo que seja incluso temos ainda que pensar como *encaixá-lo* para que, de fato, venha fazer parte da aula (Prof.1).

[...] É muito difícil driblar o preconceito. Lembro até de uma situação que ocorreu comigo quando estava tirando uma licença numa turma de nono ano. Isso foi o ano passado. Na sala de uma pessoa com deficiência cognitiva. Acho que ele tinha uns 30 anos já. Nas oportunidades que tiver de trabalhar com ele houve momentos em que precisei intervir na aula para poder dizer que aquelas atitudes que eles estavam tomando era de certa forma covarde com a pessoa. Elas estavam querendo fazer as mesmas chacotas que fazem com uma pessoa dita normal com uma pessoa que ainda tinha uma mente em desenvolvimento. Então era muito difícil porque primeiro você precisa quebrar essa barreira que é o preconceito dos outros; segundo é difícil para o professor, pois é preciso elaborar atividades específicas para ele. O professor tem dois trabalhos. O número de aluno em sala de aula é bastante elevado. Já que trabalhamos com uma sala evidentemente heterogênea creio que deveria haver um número menor de educando para que pudesse ter mais facilidade de chegar a todos os alunos, inclusive aos alunos deficientes. Usar uma metodologia que possa envolver a todos os alunos. Que seja acessível a todos os alunos. Trabalho sempre procurando atender o aluno de forma que possamos atingir nossa meta que é aprendizagem. [...] planejo a aula de um jeito se não obter resultados naquela forma sigo procurando outras maneiras de fazer com que aprendam. Procuro sempre sanar as dificuldades dos alunos de uma forma ou de outra (Prof.2).

O professor que é comprometido vai levar isso em consideração e vai trazer atividades específicas para o aluno. Minha estratégia para trabalhar com pessoas que possivelmente possam ter alguma delimitação seja cognitiva, seja física, seria então, empregar uma metodologia individualizada, não restrita, mas individual daquela pessoa. É você proporcionar um tratamento diferente para aquela pessoa no sentido de que as atividades escolares seriam adaptadas e direcionadas visando à deficiência daquele aluno (Prof.3).

Observamos no exposto que a postura dos professores exprime um comprometimento com a *inclusão*. Eles entendem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. Mas percebemos nas opiniões que não é fácil trabalhar com pessoas com deficiência devido o alto grau de preconceito existente dentro dos limites da própria sala de aula. Mas uma vez o preconceito é citado como um fator que dificulta a convivência de todos e conseqüentemente, também gera mais dificuldade no desenvolver das atividades escolares:

Dentre outros empecilhos que dificulta o desempenho escolar seria o elevado número de aluno em sala. Em contrapartida assumem que a falta de capacitação, ou seja, de uma formação continuada, contribui para que de certa forma se sentissem despreparadas para desenvolver seu trabalho. Por meio da fala dos professores observamos que as dificuldades sempre estão presentes no espaço educativo. Por esta razão, as metodologias devem ser

pensadas levando em consideração as situações, o contexto em que os educandos estão inseridos.

Percebemos essa questão na colocação de Silva (2011, p. 17) quando expressa: *O professor é a peça principal para fazer com que a inclusão realmente aconteça, portanto, é necessário que ele se sinta habilitado para atuar em competência junto aos alunos.* Quanto seu preparo para o processo de inclusão, Mantoam (2003, p. 93) diz: *os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que” se ensina e se aprende. Inclusive com pessoas com deficiência.*

O exercício da profissão de professor exige o envolvimento pleno deste com relação à educação de pessoas deficientes, mas para que as práticas pedagógicas sejam bem-sucedidas é imprescindível que a comunidade escolar como um todo e também o poder público tome as providências adequadas e invista na formação dos profissionais da educação para que realmente a inclusão venha acontecer.

4.3. Possibilidades da Escola

Como analisamos no tópico anterior, percebemos que o bom desenvolvimento das práticas metodológicas depende, consideravelmente, do esforço do próprio professor em buscar ferramentas e meios adequados com o intuito de conseguir efetivar o desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos. Todavia, o auxílio dos constituintes da comunidade escolar faz toda a diferença, é tarefa desta trabalhar em conjunto com o professor. É o que Sá (2003, p. 3) assinala:

Trata-se, portanto, de propor ações e medidas que vise assegurar os direitos conquistados, a melhoria na qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação dos educadores, a remoção de barreiras físicas e atitudinais, a previsão e provisão de recursos materiais e humanos entre outras possibilidades.

Mesmo sabendo que a inclusão educacional é dever de todos, as entrevistas realizadas com os professores indicaram que há certa precariedade no lócus de trabalho em relação a inclusão de deficientes e ainda evidencia a falta de interesse por parte dos outros membros da escola em vista o auxílio para com o desenvolvimento do seu trabalho. Os professores se sentem sozinhos e isolados no exercício da profissão e por isso tentam amenizar tais

dificuldades buscando, por si só, metodologias que lhe proporcionem ensinar a todos os alunos. Vejamos:

Algumas escolas tem suporte, mais outras que são mais precárias. Portanto, tudo depende da metodologia do professor. Por exemplo, na escola que ensino não existe nenhum suporte de apoio que me auxilie (Prof. 1).

A escola deixa muito a desejar. A escola contribui muito pouco para isso. Na escola que ensino não tem nenhuma estrutura. Não existe sequer uma entrada para cadeirante. No entanto, existe na escola uma sala de recursos multifuncionais, mas não temos pessoas capacitadas para exercer a função de professor de apoio. O que ocorre é que as pessoas que, às vezes, nos auxiliam não tem nenhum vínculo com a educação inclusiva, são pessoas leigas no assunto (Prof..2).

[...] As escolas já tem se preparado para receber uma pessoa com deficiência. Mas ainda falta um preparo maior no sentido de direcionar o trabalho do professor. É necessário que haja um preparo por parte das instituições, do poder público voltado para a formação pedagógica do professor (Prof. 3).

No exposto, os professores concordam que as escolas ainda tem muito que mudar para melhor atender os alunos com deficiência. Dentre os fatores abordados ganham peso a falta de professores especializados, a falta de incentivo do poder público no que diz respeito à oferta de formação continuada e a estrutura física das escolas. Pois como afirmam Heleno, Guisoli, Araújo, Mendes, Pires e Teixeira (2017):

Apesar de haver várias propostas educacionais, há muito que ser revisto e aprimorado, pois a questão ainda se encontra aquém da qualidade desejada. É importante se pensar que, para que a inclusão escolar se efetue, não basta estar garantido na legislação o direito à educação para todos, mas demanda modificações profundas e necessárias no sistema de ensino, levando em conta o contexto socioeconômico, a fim de garantir o acesso à escola, e que esta esteja qualificada para oferecer seus serviços.

Sabemos que é essencial que a escola auxilie o trabalho do docente, no entanto, é importante que os pais participem da vida escolar dos filhos. Com vista a isso, os professores foram indagados também sobre como os pais se envolvem na educação dos filhos:

Tem pais que não ajudam o professor. Tinha um aluno dito *normal* e os pais dele achavam que ele era bom até demais. Que ele não tinha nenhum problema (Prof.1).

Os pais ajudam muito. Geralmente os pais de alunos deficientes buscam na escola algo que os ajude a incluir o filho na sociedade. Como é o caso do

menino que falei antes, a mãe dele sempre vinha me dizer como ele se encontrava naquele dia. Se estava mais calmo ou mais agitado (Prof. 2).

[...] os pais aceitam a debilidade do filho e direciona o trabalho do professor: olha meu filho tem um problema, ele deve ser da seguinte forma. Isso já ajuda. Nunca encontrei nenhum pai que resistisse ao fato do filho ter limitações (Prof.3).

As respostas dos professores apresentam disparidade de opinião. Enquanto um revela que não se sente apoiado pelos pais, os demais assumem que eles auxiliam e estão presentes na educação dos filhos. Assim sendo, observa-se que essa questão de os pais auxiliarem ou não o professor envolve também a questão da negação da deficiência, ou seja, a postura da família em relação a aceitação ou não aceitação da deficiência do seu filho. Sobre isto Facion (2008, p. 206) diz que *os profissionais não devem julgar os pais, mas ajudá-los, entendê-los e respeitá-los*. Compreendê-los e auxiliá-los diante da experiência com o filho deficiente.

Desta forma, percebemos que a inclusão escolar de alunos deficientes não depende somente do professor, mas sim da escola, de órgãos que defendem a educação, dos pais e dos próprios alunos. É preciso que a escola repense sua prática inclusiva, reflita sobre o seu desempenho, reformule sua metodologia com constante reflexão sobre e na ação pedagógica em relação aos processos de inclusão (SILVA, 2011).

4.4. Sentimentos e Expectativas dos Professores em relação à Educação Inclusiva

A relação de sentimentos dos professores com os alunos deficientes é intensa. Descrevem que o desenvolvimento da aprendizagem dessas pessoas é considerado um desafio, pois é uma tarefa difícil, por outro lado é gratificante, uma vez que se afeiçoam a eles. Vejamos abaixo:

É um desafio, pois, embora que você tenha um pensamento, esse não é o pensamento da maioria porque é muito fácil você apenas ouvir falar de alguém deficiente, outra é você ter um contato com ela tendo uma convivência diária e ainda ter a responsabilidade de educá-lo, de instruí-lo para o mercado de trabalho, para a vida social. É um desafio muito grande, porque se você vê de uma forma existe uma parcela enorme que não vê assim. Mas é uma oportunidade boa para o professor mostrar que é possível quando se tem um bom acompanhamento, uma boa formação pedagógica e o auxílio de professores especializados (Prof.1).

É um trabalho muito difícil. Difícil porque não temos uma formação consistente que nos instrua a lidar com estes alunos. Sem contar que as salas são muito numerosas, não tenho como dar a atenção devida a todos. Mas, é

um trabalho gratificante, pois sei que estou contribuindo na construção de um ser humano que será inserido na sociedade. Saber disso me faz ser mais forte, por isso, confio mais no meu trabalho diário com os alunos (prof. 2).

A gente se afeiçoa, quer muito bem as pessoas com deficiência. Eu, particularmente, gosto muito dos meus alunos, principalmente se eu descobrir que ele tem uma deficiência, pois precisamos tratar todos com muita compreensão e atenção, mas tem aqueles que exigem de nós mais carinho. Tinha um aluno que gostava de me abraçar, às vezes até muito suado. Tinha que ter cuidado em relação a isso. Tinha que abraçar ele senão iria dificultar cada vez mais o relacionamento dele com qualquer pessoa porque qualquer reação minha poderia chegar a magoá-lo (prof. 3).

O sentimento é descrito pelo prof. 1 como um desafio, pois lidar com um aluno deficiente, na prática, é desafiador porque não temos uma formação consistente. O professor terá que quebrar paradigmas de uma sociedade que pensa as pessoas para alcançarem o sucesso pré-estabelecido e buscar formas de aprendizagem. Mas é também uma oportunidade de está constantemente atualizando suas práticas pedagógicas e sociais.

Já o prof. 2 considera ser difícil trabalhar com alunos deficientes devido à fragilidade de sua formação profissional. Por esta razão, revela que a prática o ensina ser mais forte e confiante no trabalho com alunos deficiente. A confiança conquistada no cotidiano com seus alunos o faz guardar outro sentimento em relação prática de inclusão: o de gratidão.

Outro forte sentimento relatado por o prof. 3 é o de afeição. Com o tempo, as relações entre professor e alunos normais ou deficientes vão se estreitando e criando um forte vínculo de afeto e compreensão. Como dito por ele, é necessário ser compreensivo e dar muita atenção a todos os alunos, inclusive aos que são deficientes.

Descritos os sentimentos dos professores em vista à inclusão de alunos deficientes, expuseram quais são suas expectativas em relação à educação inclusiva:

Que a escola tome mais conhecimento sobre o assunto. Para que possa capacitar seus profissionais para trabalhar com esses alunos. Claro que o professor tem que se esforçar para dar sua contribuição. Então, não só os professores precisam mudar, mas também a escola precisa está preparada para receber esses alunos (prof.1).

Espero que as escolas consigam se adaptar a essa nova realidade do ensino. Que estas se estruturam fisicamente e ofereça formação adequada para os professores em relação ao contexto dos educandos. Espero também que as salas de atendimento educacional especializada funcionem de fato (prof. 2).

Espero que a escola auxilie mais no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. E que os pais continuem sempre nos apoiando (prof. 3).

As expectativas dos docentes para o futuro da educação inclusiva deixa transparecer a necessidade de serem mais apoiados pelas unidades escolares. É possível perceber, a insatisfação com a estrutura física e pedagógica do espaço em que estão trabalhando e com a falta de formação que os levem a compreender a realidade de seus alunos. E segundo Silva (2011, p. 10):

O foco no aluno, agente participativo no processo inclusivo, perpassa não apenas as necessidades do aluno, mas as necessidades dos profissionais envolvidos, tais como formação, estrutura, e até mesmo remuneração, além da participação dos pais na vida escolar, contribuindo nas questões médicas e de vivência afetiva.

Por fim, observamos que muito mais importante que todas essas questões são os alunos deficientes. O aluno é o agente da ação. É por eles e para eles que a inclusão é pensada e repensada dia após dia. Inserir-los na sociedade é a gratificação que a escola, professores e pais recebem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais os professores expuseram o conceito de inclusão, mas podemos perceber uma tendência a não identificar os outros profissionais que devem estar presentes no andamento do processo.

Assim sendo, verificamos que as práticas de ensino abordadas pelos professores denotam de suas experiências com o alunado, pois demonstram a insatisfação com sua formação profissional. Estes, por sua vez, expressam a necessidade de uma formação adequada, ou seja, que abranja seu contexto de sala para que possam atender, de fato, as pessoas com deficiência. Além da fragilidade na formação, outros fatores como salas superlotadas, o preconceito dos alunos normais com os alunos deficientes contribui para dificultar o trabalho do professor.

Trabalhar em prol da efetiva inclusão de alunos deficientes pode ser considerado um desafio para os professores. Mas um desafio que pode ser superado se houver a devida participação de órgãos que apoiem a educação inclusiva, sejam gestores, professores, alunos, pais, etc.

Transformar um ambiente educativo que favoreça a inclusão é primeiramente adaptar as escolas no que diz respeito a sua estrutura tanto física quanto pedagógica. É criar condições

para que a inclusão aconteça. Para tal, torna-se relevante que todos os profissionais envolvidos estejam atualizando e reavaliando seus conhecimentos e conceitos sobre as pessoas com deficiência e aberto às adaptações metodológicas que devem surgir no processo.

Concluímos este trabalho, portanto, com um novo olhar sobre a Educação, uma vez que, percebemos o esforço que os professores fazem, cotidianamente, para que consigam desenvolver a aprendizagem em todos os alunos, sem distinção ou exclusão. Cabe, então, que sejamos otimistas em um futuro melhor, em uma sociedade inclusiva que aceite e respeite a todos sem discriminação ou preconceito de deficiência, de cor, de sexo, de raça, etc.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. R. receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão. *Pós-graduação:* UNIFACVEST. Disponível em: <http://www.facvestpos.com.br/receber-o-aluno-com-deficiencia-na-sala-de-aula-nao-significa-inclusao/>. Acesso em 09/11/2017.

AMADO, Jorge da Silva. *Introdução à Investigação: qualitativa em Educação*. Coimbra, 2009. Relatório de Disciplina Apresentado nas Provas de Agregação. Universidade de Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; Acesso em: 02/09/2016.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/37761-depois-de-avanco-na-universalizacao-nova-meta-e-ampliar-a-qualidade-da-educacao-inclusiva>. Acesso em 04/12/2016.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/201-noticias/266094987/6715-sp-1598201041>. Acesso em: 04/12/2016.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/205-noticias/1349433645/8743-sp-1037846967>. Acesso em: 04/12/2016.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 11/02/2017

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10/01/2017.

_____. *Secretaria de Educação Básica*. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo de alfabetização. Caderno 01/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____. *Secretaria de Educação Básica*. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva/ Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. *Resolução n. 02/2001*. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. Brasília: MEC/ SEESP, 1998.

CORREIA, L. M. *Inclusão e necessidades educativas especiais*: um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

COSTA. Políticas públicas en educación: Formación de maestros e inclusión em Brasil. In: CÚPICH, Z. J.; LÓPEZ, S. L. V.; CÓRDOVA, J. de los S. L. (Org.). *Sujeto, Educación Especial e integración*. Ciudad de México, DF: Editora de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

_____. Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública. In: COSTA, V. A. da et al. (Org.). *Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva*. Niterói: Intertexto Editora; CAPES, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 02/09/2016.

ECO, U. Choque de civilizações: em nome da razão. *Eu & Valor Econômico*, São Paulo, 26 out. 2001.

FACION, José Raimundo (org). *Inclusão Escolar e suas Implicações*. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERREIRA, Júlio Romero. *A exclusão da diferença*: a educação do portador de deficiência. Piracicaba, SP: Unimep, 1993.

GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo*: Sentido e formas de uso (1ª ed.). Cascais: Princípia ED.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. *Da Educação Segregada à Educação Inclusiva*: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Faculdade de Educação/ Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20%C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em 02/09/2017.

HELENO, Camila; GUI SOLI, Andréa; ARAÚJO, Audrey; MENDES, Maria Inês; PIRES, Luciana; TEIXEIRA, Daniela. *Educação Inclusiva*: construindo escolas para todos. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente%20Central/Downloads/46-88-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente%20Central/Downloads/46-88-2-PB%20(2).pdf). Acesso em 10/11/2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar*: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESI, Álvaro. A prática das escolas inclusivas. In: *Desenvolvimento Psicológico e Educação de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

- MENDES, E.G.; MATOS, S. N. *A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais*. Práxis Educacional. Vitória da Conquista. Vol. 10, 2014.
- MONTEIRO, M. B.; CASTRO, P. *Cada cabeça sua sentença*. Oeira: Celta, 1997.
- PLETSCH, M. D. *O Professor itinerante como suporte para a educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro*. 2005. Dissertação (Mestrado de Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES, I. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 40, n. 26, p. 69-96, jan./ jun. 2011.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SÁ, Elisabete Dias. *Educação Inclusiva no Brasil: sonho ou realidade*. Palestra apresentada na 6ª Jornada Especial “A Educação no Terceiro Milênio”: Espaço para Diversidade. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/>. Acesso em: 09/10/2017.
- SILVA, Lázara Cristina da; RODRIGUES, Marilúcia Menezes de. Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na Educação Inclusiva. In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da; FERREIRA, Juliene Madureira (Org.). *Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.
- SILVA, Margaret do Rosário. *Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva*. Brasília, 2011. Monografia de especialização, Universidade de Brasília.
- SILVA, Maria Isabel. *Sistema de Integrados de Vagas e Currículos para Pessoas com Deficiência*. Disponível em: <https://www.selursocial.org.br/porque.html>. Acesso em: 20/10/2017.
- ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). *Educação: diversidade e inclusão em debate*. Goiânia: Descubra, 2006.

APÊNDICE

PROJETO DE PESQUISA

“Inclusão Escolar das pessoas com deficiências: Os relatos de Professores de Língua Portuguesa”

Objectivo Central do estudo: Nosso projeto de conclusão do curso de Letras objetiva compreender o processo escolar de educação inclusiva que deve possibilitar a inserção de pessoas com deficiência no meio social. Para tanto, interessa verificar as leis que definem o direito à educação em classes regulares para crianças deficientes; como também analisar os relatos dos professores de língua portuguesa em relação às práticas de educação inclusiva.

Papel dos participantes: Pretende-se a sua colaboração no sentido de descrever seus relatos em relação á educação inclusiva durante o percurso em que atua como docente de língua portuguesa.

Papel dos Investigadores: A pesquisadora deste projeto compromete-se a garantir a confidencialidade dos dados que forem fornecidos pelos (as) participantes neste estudo e a utilizar esses dados somente para fins de investigação.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, declaro ter sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os objetivos e procedimentos do Projeto de Pesquisa. Declaro ainda, ter plena consciência do meu papel enquanto participante neste estudo, para o qual dou o meu consentimento.

Catolé do Rocha, _____ de _____ de 2017.

PROFESSOR: _____

Assinatura: _____

Entrevistadora _____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS
DOCENTE: JOANA AUREA
DISCENTE: GABRIELLI G. DANTAS DOS SANTOS

Dimensão	Objetivo	Possíveis perguntas
1. Legitimação da entrevista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agradecer a disponibilidade; 2. Informar sobre o uso do gravador; 3. Explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; 4. Apresentar as professoras; 5. Garantir confidencialidade dos dados; 6. Explicar o procedimento da entrevista 	<ul style="list-style-type: none"> • Deseja mais algum esclarecimento? • Possui alguma dúvida?
2. Caracterização de “Educação Inclusiva” 2.1 Experiência docente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrever a compreensão sobre “Educação Inclusiva”? 2. Descrever a relação existente entre a Educação Inclusiva e a metodologia empregada em sala de aula? 3. Perceber elementos da experiência docente em relação a educação inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é “Educação Inclusiva”? • Qual sua compreensão sobre educação inclusiva? • Como vocês descrevem a relação existente entre a Educação Inclusiva e a metodologia empregada em sala de aula? • Você já teve experiência com a educação inclusiva? • Quais os elementos dessa experiência que você poderia ressaltar?

3 Prática de ensino	<p>1. Perceber o desenvolvimento da docência em relação a inclusão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os elementos da docência que favorecem a prática de inclusão? • O contato entre os docentes e alunos com deficiência interfere ou auxilia na prática do “ensino”? • De que forma o professor trabalha para que haja sempre interação entre todos os alunos, sejam eles deficientes ou não? • Quais as principais dificuldades que o professor precisa “driblar” para que possa desenvolver um trabalho satisfatório com os alunos deficientes? • Os alunos com deficiência estão desenvolvendo a aprendizagem?
4. Possibilidades da escola	<p>1. Perceber as possibilidades que a escola oferece para o desenvolvimento da inclusão.</p> <p>2. Identificar como os pais se envolvem na educação dos filhos com deficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1. A escola oferece o auxílio necessário para que ocorra o pleno desenvolvimento da educação das crianças com deficiência? • A escola está, estruturalmente, adaptada a realidade de seus alunos? • 3. A unidade escolar possui serviços de AEE (Atendimento Educacional Especializado)? • De modo geral, como os pais se envolvem na

		educação dos filhos com deficiência? Eles negam a deficiência do filho? Auxiliam o professor ? evitam enviar o filho para escola?
5. O sentimento e Expectativas	1. Averiguar o sentimento e as expectativas do professor em relação a educação inclusiva	Descreva os seus sentimentos em relação a prática da educação inclusiva E suas expectativas?
6. Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista.	Perceber a opinião do entrevistado e a importância da pesquisa	Dê sua opinião sobre os objetivos desta pesquisa, e como percebeu seu contributo em relação à mesma?
Agradecimentos	Agradecimento	